

Credor não acredita nas intenções do Brasil

Fotos de Raimundo Valentim



Charles Alexander



David Douglas-Home

BRASÍLIA — Os bancos credores da dívida externa brasileira não acreditam no Brasil: consideram muito elevado o pedido de novos financiamentos no total de 10 bilhões 400 milhões de dólares até 1989. Aham que o excedente poderá ser usado pelo governo não para honrar seus compromissos mas para engordar as reservas cambiais do país e querem que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, reduza os valores solicitados. A hipótese, porém, não está sendo cogitada pelas autoridades brasileiras.

Este é, segundo um dos principais negociadores da dívida brasileira, um ponto básico de atrito entre o Brasil e os credores privados, quase equivalente à relutância dos bancos em aceitarem a eliminação das cobranças das taxas de risco (os *spreads*) no refinanciamento da dívida.

Os credores parecem estar mais intransigentes quanto a essa revisão do que em relação à proposta alternativa apresentada pelo Brasil para renegociar a dívida, ou seja, a transformação de uma parte do débito em títulos brasileiros. Esse negociador garante que vários bancos credores admitiram analisar com profundidade essa proposta, prometendo para o dia 19 de outubro uma resposta definitiva para o Brasil.

Superávit e reservas — Os bancos se fundamentam em um dado concreto para desconfiar das intenções do governo brasileiro e recomendar o reexame do pedido de financiamento: o comportamento positivo da balança comercial brasileira de junho a agosto, quando se registraram crescimentos recordes do saldo comercial, o que determinou até mesmo uma revisão das metas até o final do ano.

Dos 8 bilhões 600 milhões de dólares previstos na primeira versão do Plano de Controle Macroeconômico, o governo acena com um superávit comercial, em 1987, de 9 bilhões 700 milhões de dólares, ou seja, 1 bilhão 100 milhões de dólares além das estimativas iniciais.

Esse crescimento, entendem os credores, é suficiente para aumentar a capacidade brasileira de remeter dólares para o exterior sem prejuízo para as reservas nacionais, que vêm apresentando uma recuperação nos últimos meses.

O governo, porém, não pensa assim. Segundo um assessor do ministro Bresser Pereira, as reservas brasileiras — que, em junho, estavam em 3 bilhões 256 milhões de dólares — chegarão no final do ano a cerca de 4 bilhões 200 milhões de dólares, ou seja, os mesmos níveis registrados no fim do ano passado, ainda considerados baixos pelo governo, e que não refletem totalmente o crescimento da balança comercial.

Segundo um economista do governo, não só as exportações e a balança comercial apresentam, historicamente, um volume maior em toda segunda metade do ano, como os compromissos externos, como o pagamento das dívidas com as agências oficiais, são tradicionalmente maiores nos segundos semestres, superando de 15% a 20% o volume remetido nos primeiros semestres.

Desta forma, o superávit comercial não compensaria a remessa de divisas para o exterior, não possibilitando, assim, uma recuperação significativa das reservas nacionais, de acordo com esse economista que, no entanto, considera válida a desconfiança dos bancos credores.